



SOCIEDADE SERIDOENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SOSEC
CNPJ: 05.439.863/0001-83
Rua: Prefeito Alcindo Gomes, nº 679, Manoel Salustino, Currais Novos
www.faculdadedoserido.com.br
E-mail: faculdadedoserido@yahoo.com.br

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

CURRAIS NOVOS/RN
FEVEREIRO/2018

FACULDADE DO SERIDÓ – FAS

Diretor Geral: Max Rosan dos Santos

Coordenadora Acadêmica: Angélica Alves D'almeida de Melo Lula

Coordenador de Curso: Ricardo Aladim Monteiro

Coordenador da CPA: Sebastião Aésio Marinho César

SUMÁRIO

1 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	4
1.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	5
1.2 FINALIDADE DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	6
1.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	6
1.4 OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA FAS	8
2 ABRANGÊNCIA DA AVALIAÇÃO	9
2.1 METODOLOGIA UTILIZADA NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	10
2.2 COMPOSIÇÃO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	10
3 INDICADORES E PLANO DE AÇÃO	15

1 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional se constitui em um competente aliado para o aperfeiçoamento da gestão acadêmica face à sua capacidade de subsidiar o planejamento estratégico das instituições de ensino. O presente projeto é parte do processo de estruturação da avaliação institucional da Faculdade do Seridó e contempla o perfil, os princípios e os objetivos institucionais.

Tal processo é possível a partir do autoconhecimento proporcionado às organizações e da segura percepção de seus campos interno e externo de atuação, tanto na prática acadêmica quanto pela interação com o meio social local e global, analisando o presente, com visão de futuro.

Em 1993, o MEC instituiu o Programa de Avaliação Institucional de Universidades Brasileiras - PAIUB, definindo a Avaliação Institucional como *“um processo de contínuo aperfeiçoamento do desempenho acadêmico e de prestação de contas à sociedade... se constitui em uma ferramenta para o planejamento da gestão e do desenvolvimento da educação superior”*.

Mais recentemente, após a nova Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB nº. 9394 de 20/12/96 e com a necessidade de implantar os processos de avaliação, são publicados ordenamentos jurídicos através de Decreto, Resolução, Portaria e Pareceres, para orientar as IES no desenvolvimento da avaliação institucional, pode-se citar o Decreto 5.773 de 2006 e a Portaria Normativa 40 de 2007, consolidada em 29/12/2010 e o destaque para a Lei nº 10.861 de 2004, que instituiu o SINAES.

Consoante com esta regulamentação a Faculdade do Seridó, desde seu nascedouro em 2005, já pressupunha a adoção de uma proposta de Avaliação Institucional que teve início no primeiro ano de funcionamento da FAS e que seguem observando os critérios, os procedimentos estabelecidos pela legislação em vigor, em especial a Lei do SINAES – nº 10.861/2004, que é conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Instituição, a partir da construção de seu Projeto de Autoavaliação Institucional, de modo a lhe permitir uma contínua análise dos resultados das atividades acadêmicas e de gestão ora implantadas, visando o permanente aperfeiçoamento e legitimidade de suas ações.

Com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), todo o processo avaliativo foi redimensionado pela CPA desta instituição e resultou na atualização do Projeto de Autoavaliação Institucional, focalizando três contextos:

✓ O Institucional;

- ✓ O Acadêmico; e
- ✓ O Administrativo.

No entanto, esses contextos são desdobrados em dimensões, categorias e indicadores, sem perder de vista as 10 (dez) dimensões definidas na mencionada Lei, que mais recentemente foram agrupadas em 5 (cinco) eixos no instrumento de avaliação institucional externa do INEP.

O Programa de Autoavaliação Institucional para a Faculdade do Seridó prioriza o aspecto pedagógico alinhado ao administrativo como forma de conduzir a exequibilidade de ambos, com harmonia, eficácia e efetividade. Para tanto, na construção de sua estrutura básica, considerou os requisitos observados pelos atos regulatórios face à pertinência, também, para o caso de Faculdades.

O escopo final do Programa de Autoavaliação Institucional da FAS objetiva adotar um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, constituindo-se em um banco de dados para realimentação contínua, que conduz a discussões críticas e a decisões adequadas na gestão acadêmica. A Avaliação Institucional também tem sido considerada como uma ferramenta para o planejamento e gestão institucional, de modo a subsidiar a construção da credibilidade da imagem institucional, tornando-se um processo sistêmico de prestação de contas à sociedade.

1.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Numa perspectiva crítica e transformadora, a avaliação institucional é entendida como um processo que visa contribuir de forma contínua, orgânica e reflexiva para o debate, intervenção em projetos e programas, se constituindo em um relevante instrumento para subsidiar tanto o planejamento quanto a gestão acadêmica, na perspectiva da qualidade dos serviços.

Na visão de Scriven (1983, p. 127) a avaliação é uma atividade metodológica que consiste na coleta e na combinação de dados relativos ao desempenho, usando um conjunto ordenado de escalas de critérios que levem as classificações comparativas ou numéricas, e na justificação. Assim, é preciso, portanto, avaliar não apenas o grau de consecução dos objetivos estabelecidos, mas também os próprios objetivos e outras conseqüências não previstas.

Sobre este aspecto, estudos de avaliação são imprescindíveis, a fim de que seja possível planejar um ensino de melhor qualidade, que contribua tanto para a formação continuada de futuros profissionais quanto para o desenvolvimento da instituição de ensino superior.

1.2 FINALIDADE DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A finalidade da avaliação nas IES é comparar seus próprios resultados, por períodos determinados de tempo, a fim de verificar eventuais afastamentos dos objetivos propostos pela instituição e, com segurança, redirecionar o processo aos objetivos institucionais.

É finalidade, também, comparar o equilíbrio de seus diversos subsistemas, na tentativa de localizar, com precisão, os pontos vulneráveis na estratégia global. O somatório desses fatores pode permitir a comparação da instituição, em termos quantitativos e qualitativos, e, assim, identificar o seu nível de crescimento.

A avaliação institucional tem para FAS a finalidade de subsidiar e acompanhar a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, assegurando os compromissos e metas propostas. Por outro lado, as informações apuradas pela avaliação institucional subsidiam o MEC, nas decisões sobre o credenciamento e reconhecimentos das IES.

1.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Faculdade do Seridó fiel à sua Missão e firme na Visão de Futuro definida, considera alguns princípios norteadores no seu Programa de Avaliação Institucional:

- ✓ Ética: assegurando a credibilidade e o respeito aos direitos das pessoas e das organizações;
- ✓ Senso crítico: estimulando o caráter investigativo em linha científica de procedimentos e objetivos;
- ✓ Compromisso institucional: comprometendo todos os membros da comunidade acadêmica, no sentido de se alcançar os objetivos desejados institucionalmente;
- ✓ Participação: garantindo aos diversos segmentos institucionais discutir os critérios e procedimentos de avaliação;

- ✓ Continuidade: mantendo regularidade no processo;
- ✓ Motivação: desenvolvendo um clima institucional que desperte o interesse em participar do processo de Avaliação Institucional;
- ✓ Desenvolvimento das pessoas e da organização: entendendo a avaliação como oportunidade de desenvolvimento pessoal e organizacional, possibilitado pela análise crítica dos desempenhos individuais e dos setoriais, com vistas ao aprimoramento contínuo das ações de ensino, pesquisa, extensão, planejamento e gestão;
- ✓ Seriedade: referindo-se à confiança das comunidades interna e externa em relação ao desempenho ético das pessoas que coordenam o processo de avaliação institucional e, também, confiança quanto aos objetivos da avaliação como sendo realizada para o aprimoramento da Missão Institucional;
- ✓ Perspectiva local e global: considerando o caráter administrativo, político, pedagógico e social em nível interno e externo, os quais fornecem referenciais para interpretar o quadro atual e a visão de futuro, objetivando subsidiar o planejamento institucional;
- ✓ Cultura institucional: colocando-se como instrumento de registro contínuo das experiências vivenciadas em níveis pedagógicos e gerenciais;
- ✓ Imparcialidade e independência: buscando assegurar em todas as fases do processo avaliativo o quesito de imparcialidade e independência.

Todo o processo de autoavaliação institucional está norteado nos aspectos regulatórios, em especial no que tange a Lei nº 10.861 de 2004, em seu artigo 3º que diz que a Avaliação Institucional tem por objetivo “*identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores*”, sendo esta avaliação realizada em seus 5 (cinco) eixos temáticos e avaliados sob a percepção de suas 10 (dez) dimensões:

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional:

- Planejamento e Avaliação Institucional.

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional:

- Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Responsabilidade Social da Instituição.

Eixo 3: Políticas Acadêmicas:

- Políticas para o ensino, a iniciação científica, a pós-graduação e a extensão.
- Comunicação com a sociedade.
- Política de Atendimento aos Discentes.

Eixo 4: Políticas de Gestão:

- Política de Pessoal.
- Organização e gestão da Instituição.
- Sustentabilidade Financeira.

Eixo 5: Infraestrutura física:

- Infraestrutura física.

1.4 OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

São objetivos da avaliação institucional da Faculdade do Seridó:

- ✓ Subsidiar uma atuação planejada e organizada que utilize, sistematicamente, elementos para análise de distorções e para permanente inclusão de ações corretivas decorrentes do diagnóstico institucional;
- ✓ Identificar nos ambientes internos e externos, fatores positivos e negativos que possam interferir na qualidade dos serviços prestados pelos vários segmentos da Instituição;
- ✓ Estimular a realização sistemática da autoavaliação como instrumento de acompanhamento da implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional, garantindo uma atitude permanente de planejamento, controle e aprimoramento das ações do ensino, da iniciação científica, da extensão e da gestão acadêmico- administrativa;
- ✓ Contribuir para a qualidade das atividades institucionais, através de decisões subsidiadas pelos resultados fornecidos pela Avaliação Institucional;
- ✓ Avaliar, continuamente, os programas e os projetos, e propor novas ações a serem implantados, visando o desenvolvimento da organização e das pessoas;
- ✓ Ser elemento de referência na construção da Imagem Institucional;
- ✓ Ampliar a comunicação interna e externa com a sociedade.

2 ABRANGÊNCIA DA AVALIAÇÃO

Avaliar mudanças, reformas e inovações dentro do sistema educacional é um processo construtivo que tem o propósito de melhorar o seu desenvolvimento e a gestão das inovações, a formação dos atores implicados e o crescimento institucional. É, portanto, um processo contínuo, complexo, sistemático e multifacetado.

Nesse sentido, a avaliação institucional é compreendida como a grande impulsionadora de mudanças no processo acadêmico de produção e disseminação de conhecimento, que se concretiza na forma de cidadãos, profissionais e no desenvolvimento de atividades de pesquisa e de extensão.

O Programa de Avaliação Institucional da Faculdade do Seridó, tendo como referência à perspectiva da globalidade, considera as seguintes áreas de abrangência:

✓ **Avaliação Interna**

De responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação – CPA, instituída pela Lei nº 10.861 de Abril de 2004, órgão independente, responsável por toda atividade avaliativa da Instituição e tem como principal responsabilidade nortear as ações pedagógicas e administrativas para a melhoria dos serviços prestados pela instituição.

Sendo elaborados instrumentos a serem aplicados, analisados qualitativamente e quantitativamente, de modo a gerar relatórios de desempenho institucional, indicando potencialidades, limitações, alternativas de solução e recomendações acerca de mudanças e inovações a serem implementadas na Instituição, sejam relativas à infraestrutura, aos recursos humanos e as atividades-fim da instituição.

✓ **Avaliação Externa**

Este nível de abrangência se relaciona aos instrumentos de avaliação executados por representantes do Ministério de Educação (MEC), avaliações *in loco*, bem como a outras formas de avaliação de iniciativa da própria Instituição como pesquisas e indicadores econômicos/sociais. Envolverá, ainda, os resultados do Exame Nacional de Desempenho do Estudante - ENADE.

No processo de Avaliação Externa, necessariamente, é realizado por ocasião da Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento dos Cursos por Comissão designada pelo MEC, bem como os resultados obtidos pelos discentes no Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE) e por outros instrumentos exigidos pela Legislação em vigor.

Estes procedimentos avaliativos fornecerão informações que possibilitarão conhecer o nível de aproximação dos resultados em relação aos objetivos definidos nos projetos pedagógicos dos cursos e pelos diversos segmentos da Instituição. Possibilitando, ainda, manter a FAS atualizada com as tendências e mudanças do cenário, subsidiando, continuamente, sua gestão acadêmico-administrativa e os processos externos de avaliação.

2.1 METODOLOGIA UTILIZADA NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O processo de avaliação poderá ser desenvolvido por meio de censo ou através de amostragem probabilística, a depender das características específicas de cada fase da avaliação e do público alvo. No que se refere às técnicas de coleta de dados, poderão ser utilizados a aplicação de questionários, realização de entrevista ou análise documental, considerando ainda cada etapa de avaliação e suas respectivas peculiaridades.

2.2 COMPOSIÇÃO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Comissão Própria de Avaliação – CPA é formada por titular e seus suplentes, sendo:

- ✓ Um presidente;
- ✓ Um representante do corpo docente;
- ✓ Um representante do corpo discente;
- ✓ Um representante do corpo técnico-administrativo, e;
- ✓ Um representante da sociedade civil.

Sendo, o presidente e o representante da sociedade civil organizada indicados pela Direção Geral da Instituição; os representantes do corpo docente, discente e técnico-administrativos, escolhidos mediante votação entre os respectivos setores da Instituição.

A eleição se dá para um mandato de 2 (dois) anos, sendo a candidatura e a votação aberta a qualquer docente, discente e técnico administrativo. A CPA é um órgão de assessoria da Direção Geral tendo garantida a sua independência no que concerne à avaliação, apontamentos e recomendações que são realizadas via relatório parcial, elaborado ao final do primeiro e do segundo semestre de cada ano e um relatório integral anual elaborado sempre nos primeiros meses do ano seguinte, fazendo referência às informações colhidas e analisadas no ano anterior.

No processo avaliativo utilizam-se questionários e métodos específicos com vistas a uma ação dialogada e participativa, considerando os seguintes focos de atuação:

- ✓ Acompanhamento do perfil socioeconômico dos discentes ingressante na graduação;
- ✓ Avaliação de desempenho dos docentes, pelos alunos e coordenador de curso;
- ✓ Autoavaliação dos docentes;
- ✓ Avaliação da infraestrutura da instituição, pelos alunos, professores, coordenador de curso e técnico-administrativos;
- ✓ Avaliação dos setores da instituição (secretaria, biblioteca, diretoria e outros) pelos alunos, professores e coordenador de curso;
- ✓ Avaliação de desempenho do coordenador de curso, pelos alunos e professores;
- ✓ Autoavaliação do coordenador de curso;
- ✓ Autoavaliação dos discentes;
- ✓ Avaliação de desempenho dos técnico-administrativos, pelos alunos, professores e coordenador de curso;
- ✓ Autoavaliação dos técnico-administrativos;
- ✓ Avaliação dos serviços terceirizados (copiadora, limpeza, lanchonete e outros) pelos alunos, professores e técnico-administrativos;
- ✓ Acompanhamento dos egressos;
- ✓ Avaliação das metas e das ações constante no PDI.

No processo de execução serão elaborados e aplicados instrumentos dirigidos a cada segmento, considerando suas especificidades. A autoavaliação dos discentes são focadas nos 4 (quatro) aspectos básicos:

- ✓ Aprendizagem;
- ✓ Relacionamento;

- ✓ Motivação;
- ✓ Comprometimento.

Onde, o aluno é responsável por avaliar:

- ✓ A infraestrutura e os setores da instituição, oportunizando análises e sugestões quanto à qualidade do atendimento, da prestação dos serviços e outras informações referentes;
- ✓ O desempenho do coordenador de curso;
- ✓ Os serviços terceirizados de limpeza, lanchonete, copiadora, etc.;
- ✓ Os docentes em relação aos seguintes aspectos:
 - Metodologia de ensino;
 - Didática pedagógica de ensino e avaliação;
 - Domínio do conteúdo e da sala;
 - Comprometimento com o processo educativo;
 - Relacionamento professor aluno.

O docente enquanto avaliador é responsável por avaliar:

- ✓ A autoavaliação, considerando seu desempenho frente ao processo educativo e de aprendizagem dos discentes, frequência e comprometimento;
- ✓ A infraestrutura da instituição e os serviços oferecidos por ela;
- ✓ Os serviços terceirizados de limpeza, lanchonete, copiadora, etc.;
- ✓ O desempenho do coordenador do curso;
- ✓ As turmas por meio de relatório, expondo às dificuldades apresentadas pelos alunos, à assimilação do conteúdo fornecido, as atividades desenvolvidas em sala e outros pontos que possam ser observados no decorrer do curso.

Já o coordenador do curso enquanto avaliador é responsável por avaliar:

- ✓ O desempenho dos docentes;
- ✓ A infraestrutura e os serviços da instituição;
- ✓ A autoavaliação;

- ✓ Os setores e gestores da instituição.

No que diz respeito à avaliação do segmento técnico-administrativo, esse é responsável por avaliar:

- ✓ O ambiente de trabalho;
- ✓ A infraestrutura e os serviços da instituição;
- ✓ A autoavaliação;
- ✓ Os setores e gestores da instituição.

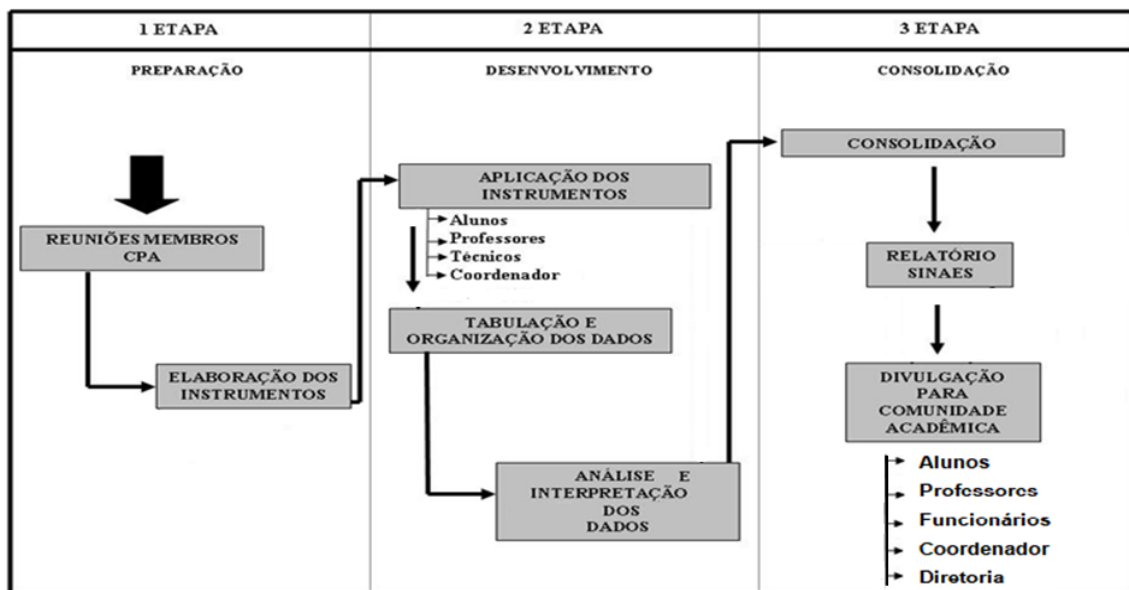
Com os egressos, a avaliação procura-se conhecer:

- ✓ A situação profissional desses ex-alunos, se eles estão no mercado de trabalho relacionado à sua área de formação;
- ✓ A visão em relação ao curso e a faculdade após formação acadêmica;
- ✓ Se há interesse de fazer outro curso ou especialização, entre outros itens que possam ser avaliados.

A avaliação das metas institucionais constante no PDI, essas serão avaliadas pela CPA de forma qualitativa, eixo a eixo. O resultado da avaliação, no primeiro momento, é debatido entre os membros da CPA, para em seguida ser apresentado à Direção Geral, à Direção Acadêmica e ao Coordenador de Curso, em reunião específica e entregue o relatório aos mesmos, que a partir de então elaboram as propostas de melhorias e de ajustes, a fim de compor o plano de ação para o período letivo vigente ou seguinte.

Já em relação aos discentes, a CPA de posse dos dados e do relatório produzido, reúne-se em sala de aula e dar o feedback da avaliação, tratando tanto dos pontos positivos quanto dos negativos, sinalizados no referido relatório.

Cabe também a CPA reunir-se com os docentes, técnico-administrativos e representante da biblioteca, durante as reuniões pedagógicas, para dar o feedback e apresentar o resultado da avaliação e os compromissos sugeridos de melhoria. Logo, em resumo, o sistema de avaliação institucional é representado pela seguinte sistemática:



Após a etapa de socialização e divulgação dos resultados da avaliação institucional, promovida pela CPA, essa participará do acompanhamento das metas traçadas tanto pelo plano institucional quanto pela comunidade acadêmica.

A CPA também desempenha um papel importante frente aos resultados do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE), das Avaliações Externas de Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Curso, e Recredenciamento da IES, tendo em vista que a CPA, auxilia a Diretoria e à Coordenação do Curso, na análise do relatório produzido por esses envolvidos, o qual culminará em um plano de ação para correção dos pontos críticos e aprimoramento dos pontos positivos existentes.

No caso do ENADE, esta análise vai para o Núcleo Docente Estruturante - NDE do curso, que juntamente com relatórios de estágios obrigatório e não obrigatório, e de pesquisa com egresso, realiza uma análise do PPC e da metodologia empregada no desenvolvimento do processo formativo do curso.

Desta forma, a CPA munida de dados e informações coletadas no processo interno, somada as informações de avaliações externas de cursos e do desempenho dos estudantes no ENADE, inicia a confecção do relatório, em certo tempo parcial e em outro tempo anual, agrupando todos estes elementos e comparando com as metas e ações constantes no PDI, aos 5 (cinco) eixos e 10 (dez) dimensões do SINAES.

No seu conjunto, este processo possibilita a construção de um Diagnóstico Institucional com a finalidade de corrigir falhas, identificar pontos fracos, bem como reconhecer potencialidades, subsidiar tomadas de decisão e implementar ações com vistas

ao aprimoramento da gestão acadêmico-administrativa no sentido de alcançar os objetivos e metas Institucionais.

3 INDICADORES E PLANO DE AÇÃO

Na medida em que o processo avaliativo for incorporado à dinâmica da gestão acadêmica e administrativa, melhor se delineará o perfil da instituição e melhor se distinguirão as vocações para as quais, por princípios, a faculdade tende a se inclinar a fim de cumprir sua missão institucional.

Nesse sentido, a FAS, permanentemente, planeja uma melhor estruturação dos serviços oferecidos, em todas as etapas dos processos e na gestão de pessoas, dessa forma a CPA possibilitará uma análise objetiva e clara da realização das metas e das ações propostas para cada ano, observando os 5 (cinco) eixos e as 10 (dez) dimensões constante no PDI relacionado.

Currais Novos (RN), 05 de fevereiro de 2018.

MAX Rosan dos Santos
Diretor Geral da Faculdade do Seridó

Sebastião AÉLIO Marinho César
Coordenador da CPA